

**Gramaticalização da conjunção *mas*: reflexões a partir do modelo de Sweetser
(1991)**

Ana Paula Rocha*
Universidade Federal de Ouro Preto

RESUMO: O modelo proposto por Sweetser (1991) para análise de *but* (inglês) mostra-se bastante eficaz na leitura de ocorrências da conjunção “mas” em mostras do português medieval. O modelo permite também uma melhor compreensão acerca das motivações conceituais que tenham levado o item a gramaticalizar-se. Este texto mostrará que as ocorrências de “mas” no português medieval enquadram-se ou no domínio epistêmico ou no domínio conversacional da linguagem. As ocorrências de “magis”, advérbio de que se origina “mas”, dão-se, porém, no domínio do conteúdo. A projeção metafórica entre os três domínios referidos pode explicar, pelo menos em parte, o processo de mudança semântica que fez parte da gramaticalização de “mas”.

PALAVRAS-CHAVE: *mas*; gramaticalização; projeção metafórica entre domínios.

ABSTRACT: *The model proposed by Sweetser (1991) to analyze the conjunction ‘but’ appears to be very efficient in the reading of the conjunction ‘mas’ in entries of the Medieval Portuguese. The model also provides a better comprehension concerning conceptual motivations that would have led the item into grammaticalization. This text will show that entries of ‘mas’, in Medieval Portuguese, fit into the epistemic domain or semantic domain of the language. The entries of “magis”, from which the conjunction “mas” was originated, happen in the content-domain. The metaphoric projection among these three referred domains may, somehow, explain, at least in parts, the semantic change process that came about to the grammaticalization of the particle “mas”.*

KEYWORDS: “mas”; grammaticalization; metaphoric projection among domains.

O objetivo deste texto é refletir a respeito da gramaticalização de *mas*, a conjunção adversativa prototípica do português. Sweetser (1991) propõe que *but* (inglês) não ocorre no domínio do conteúdo, o que o diferiria das conjunções em geral,

* Doutora em Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Professora Adjunta do Departamento de Letras da Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail para contato: apr.letas@ichs.ufop.br

que, segundo a autora, podem ocorrer em três domínios da linguagem: o do conteúdo, o epistêmico e o conversacional.

A proposta de Sweetser para *but* aplica-se às ocorrências de *mas* no período medieval, que também podem ser lidas a partir dos domínios epistêmico e conversacional. Sabendo, contudo, que a conjunção *mas* provém do advérbio latino de intensidade *magis*, pode-se afirmar que a origem etimológica da conjunção encontra-se no domínio do conteúdo, o que, pelo menos do ponto de vista diacrônico, preencheria a lacuna de *mas* no referido domínio.

O modelo de Sweetser (1991) permite, portanto: (i) uma leitura sistemática de ocorrências de *mas* na fase medieval, na qual o elemento já se encontrava totalmente gramaticalizado; (ii) uma melhor compreensão a respeito das motivações conceituais que teriam acarretado o processo de gramaticalização em pauta.

Antes se passar ao desenvolvimento do trabalho, faz-se necessário lembrar as origens etimológicas de *mas*. Ernout e Meillet (1951) dão as seguintes informações sobre o advérbio latino *magis*: era freqüentemente empregado ao lado de *sed*, sendo que a expressão *sed magis*, tomada em sua totalidade, introduzia uma ação que se realizava em lugar de outra, no caso preterida. Na mesma obra, os autores informam ainda que o advérbio latino *magis* era usado, no latim clássico, para indicar grau comparativo. O uso, que inicialmente se restringia a adjetivos desprovidos de marca morfológica de grau, estendeu-se aos demais, chegando a substituir o morfema comparativo de superioridade *-ior*.

1. Possíveis leituras para a gramaticalização de *mas*

Não por acaso o item *mas* já foi objeto de estudo de vários autores. O papel prototípico que ocupa no conjunto das adversativas portuguesas e sua força argumentativa, entre outros motivos, certamente o explicam. Alguns trabalhos dedicaram-se a estudar especificamente o processo de gramaticalização pelo qual o item passou na diacronia latino-portuguesa. Destes, alguns serão relatados e discutidos a seguir.

1.1. A proposta de Vogt & Ducrot (1980): uma explicação de base argumentativa para a origem diacrônica da conjunção *mas*

O texto de Vogt & Ducrot (1980) trata especificamente da gramaticalização de *mas*, embora o termo *gramaticalização* nem chegue a ser empregado em todo o texto. Em função das minúcias do raciocínio desenvolvido pelos autores, será necessário comentar o texto detalhadamente.

Considerando as informações etimológicas apresentadas anteriormente, os autores defendem a tese de que o fato de a conjunção adversativa em português ser *mas* e não *sed*, que seria sua correspondente latina, explica-se por uma relação de sentido existente entre a estrutura comparativa e as estruturas compostas por *mas*, tanto na forma (*SN*) quanto na (*PA*). E, embora não haja no texto explicação acerca das abreviaturas *SN* e *PA*, entende-se que elas digam respeito respectivamente a sintagma nominal e parataxe. No primeiro caso, *mas(SN)* relaciona nomes; no segundo, encontra-se em estruturas paratáticas, entendida como a coordenação entre duas proposições.

Para chegar à conclusão relatada, analisam duas funções diferentes de *mas*. A primeira, (*SN*), serve para retificar, sendo que o elemento vem sempre depois de uma proposição negativa, como em: “ele não é inteligente, mas apenas esperto”. Já a segunda, (*PA*), não exige necessariamente que a proposição precedente seja negativa e introduz uma proposição que orienta para uma conclusão *não-r* oposta a uma conclusão *r* para a qual *p* poderia conduzir: “ele é inteligente, mas estuda pouco”.

Os autores lembram que, já mesmo no latim, era possível encontrar a forma *magis* como conjunção adversativa, com função retificadora, próxima de *SN*, como na seguinte égloga de Virgílio: “Non equidem invideo, magis miror” (= “Eu não tenho inveja, mas sobretudo espanto”).

A pergunta que apresentam é: qual a relação existente entre essa estrutura *Não B, magis A* e a estrutura *A magis quam B*, vista, por exemplo, na seguinte frase de Sêneca: “Magis Deum miseri quam beati colunt” (= “Deus é mais venerado pelas pessoas infelizes do que pelas felizes”)?

De tal frase, não se poderia depreender a negação lógica da devoção das pessoas felizes e a afirmação da devoção das infelizes. No entanto, a frase teria a mesma orientação argumentativa de frases como: (i) *as pessoas felizes não são muito devotas*;

(ii) *as pessoas felizes têm pouca devoção*; ou como a interrogação (iii) *são devotas as pessoas felizes?*. Em outras palavras, pode-se afirmar que o elemento comparado (pessoas felizes) apresenta-se, de certa forma, como negativo em relação a devoção.

Dessa forma, a relação entre as estruturas *A magis quam B* e *Não B, magis A* fica mais clara. Na segunda, está explícita uma relação de negação, já que a segunda proposição apresenta uma afirmação contraposta à negação enunciada na primeira proposição. Já com relação à primeira estrutura, a contraposição se apresenta se se leva em consideração a análise proposta no parágrafo anterior.

Nesse sentido, a referida análise propõe que, em um comparativo de superioridade, o segundo termo – aquele que é declarado inferior – é sempre, do ponto de vista semântico-pragmático, o objeto de uma negação. Em outras palavras, “o termo comparante é sempre negado no interior do comparativo de superioridade” (Vogt & Ducrot *op. cit.*: 180).

É preciso entender, porém, o que significa essa negação. No exemplo dado, a devoção das pessoas felizes é negada tão somente no sentido de que tem a mesma orientação semântica dos exemplos hipotéticos de (i) a (iii), sugeridos acima. O que se está argumentando é que “as pessoas felizes têm (muito) pouca devoção”.

Trata-se, assim, de uma concepção que dá conta da relação semântico-pragmática entre as estruturas (1) *A magis quam B* e (2) *Não B, magis A*.

Analisada a estrutura (1), os autores partem para uma análise mais detalhada da estrutura (2): “ele não é inteligente, mas apenas esperto”. Da mesma maneira que demonstraram haver em *B*, na estrutura (1), um traço de negação argumentativa – ainda que formal ou gramaticalmente não assinalada –, a proposta apresentada para (2) é de que a negação gramatical aí contida seja vista do ponto de vista argumentativo, o que acarretará a relativização da negação que visivelmente recai sobre *B*.

A partir das noções de dialogismo e polifonia, os autores são categóricos ao afirmarem que “não se pode enunciar *não-B* sem enunciar *B* (...): na língua, toda negação releva o discurso relatado” (Vogt & Ducrot *op. cit.*: 112). E, ainda que o destinatário empírico desse diálogo virtualmente encenado não aceite *B* como tendo sido enunciado sob sua responsabilidade, fica constatada “a presença da alteridade no próprio sentido do enunciado”.

Assim, a estrutura (2) serve gramaticalmente à encenação de um diálogo marcado pela refutação. Na frase de Catulo “*Id, Manli, non est turpe, magis miserum est*” (= “*Não é vergonhoso, Manlio, é sobretudo infeliz*”), o sentido não se pode compreender senão pela apreensão de uma refutação à afirmação de que algo é vergonhoso.

Destaca-se, porém, que, uma vez que *não-B* remete a *B* de um discurso relatado, *B*, então, ainda que negado, assume um peso tal no enunciado que a negação gramatical e semântica não é capaz de anular-lhe a existência, garantindo-lhe uma manutenção no discurso.

Fica, assim, apontada a relação entre as estruturas (1) e (2), aparentemente tão diferentes. Embora (1) seja afirmativa, é possível apreender-lhe no objeto comparante uma negação e, embora (2) traga em si uma negação gramatical, é possível apreender, sob o direcionamento argumentativo negativo, um direcionamento afirmativo, sendo que ambos os direcionamentos dialogam entre si.

É necessário averiguar agora se *mas(PA)* – presente, por exemplo, em “Ele é inteligente, mas estuda pouco” – deriva diretamente de *magis* ou é um desdobramento de *mas(SN)*. Segundo os autores, não há prova documental de que *magis* tenha sido empregado com função de *PA*, o que não invalida totalmente a hipótese de que dele tenha se originado, já que pode tratar-se de uso apenas oral, presente no latim vulgar e ausente, portanto, dos documentos escritos.

A hipótese defendida pelos autores para resolver a questão é que, no uso do comparativo de superioridade, da mesma forma que recai uma negação argumentativa sobre o termo comparante *B*, assim também recai um direcionamento argumentativo favorável sobre o termo comparado *A*. O movimento favorável a *A* é que estaria, nessa hipótese, do ponto de vista semântico, na base do emprego, como *mas(PA)*, de um derivado de *magis*.

A função dual do comparativo de superioridade, que acarreta tanto a valorização de *A* quanto a desvalorização de *B*, se estilhará semanticamente entre *mas(SN)* e *mas(PA)*, portadores de propriedades sintáticas diferentes.

A estrutura paratática equivaleria a uma comparação pelos mesmos motivos que levaram à afirmação de que, na estrutura de *mas(SN)*, o elemento negado

gramaticalmente teria sido, na verdade, afirmado em um diálogo encenado entre dois interlocutores.

A ótica argumentativa permite ver também a estrutura paratática como equivalente a uma comparação. *Mas(PA)* põe na balança, segundo os autores, dois argumentos que autorizam conclusões inversas. Em *B mas(PA) A*, *B* é apresentado como argumento para uma certa conclusão *r*, e *A* para a conclusão *não-r*. Como o falante atribui mais importância a *A* do que a *B*, o resultado global, do ponto de vista argumentativo, é orientado no mesmo sentido que *A*, ou seja, para *não-r*.

A ilustração dada no texto é a seguinte: se *D* propõe um passeio a *L*, e *L* responde “Tenho vontade de passear, mas tenho dor nos pés”, *L* apresenta sua dor nos pés como um argumento oposto à conclusão à qual pode conduzir sua vontade de passear, constituindo-se como um argumento para recusar o convite.

Trata-se do mesmo movimento observado na comparação *A magis quam B* quando o acento é posto sobre *A*, tanto que se torna possível, para o exemplo anterior, a seguinte paráfrase: “Tenho mais dor nos pés do que vontade de passear”. A esse mesmo respeito outro exemplo explorado no texto é: “João é mais inteligente que Pedro”. Os autores destacam que, no caso, *A* (João) recebe mais força argumentativa do que *B* (Pedro) porque é declarado mais importante que este, mas importante no sentido de ser aquilo que deve, segundo o falante, ser levado em consideração.

Para os autores, na comparação, não se trata de medir duas propriedades uma pela outra, mas sim de deixar claro que, dado o objetivo visado pelo falante, uma propriedade funciona como um argumento melhor do que outra. Sendo assim, no exemplo anterior, não se está supondo a existência de uma faculdade que seria mais desenvolvida em um do que em outro. Os autores defendem que tudo o que se quer dizer é que, para um certo tipo de tarefas ditas intelectuais, João é mais indicado que Pedro, de onde viria a possibilidade de traduções paratáticas como: (i) “Pedro é inteligente, *mas(PA)* João!” (com acento de intensidade em João); (ii) “João é mais inteligente do que Pedro é forte: Pedro é forte, mas João é inteligente”.

Com base nessa mesma linha de pensamento que focaliza o caráter argumentativo dos exemplos em questão, os autores propõem, para *mas(PA)*, a mesma análise sugerida para *mas(SN)*. Da mesma forma que a negação de *B*, na estrutura (2), suscita a afirmação, no discurso, de *B*, assim também, na estrutura (4), a afirmação e

manutenção de *B* suscitam sua própria negação. A diferença entre (2) e (4) reside no grau de negação e manutenção de *B* em ambas, como se vê no quadro abaixo:

<p>(1) <i>A magis quam B</i> ←-----→ (2) <i>Não-B mas(SN) A</i></p> <p>- negação forte de <i>B</i> (<i>B</i> é objeto de um ato de refutação do qual <i>A</i> é o instrumento)</p> <p>- manutenção fraca de <i>B</i> (o discurso relatado <i>B</i> é registrado)</p>	<p>(3) <i>A magis quam B</i> ←-----→ (4) <i>B mas(PA) A</i></p> <p>- manutenção forte de <i>B</i> (o valor argumentativo do discurso relatado <i>B</i> é concedido e serve de instrumento ao ato de argumentação fundado em <i>A</i>)</p> <p>- negação fraca de <i>B</i> (a eficácia argumentativa é retirada de <i>B</i>)</p>
---	--

Dizer “Pedro não é inteligente, mas esperto” (em que a primeira proposição é uma negação forte) só é possível se se parte da afirmação, ainda que não declarada, de que “Pedro é inteligente”, afirmação que se mantém discursivamente, embora em intensidade mais fraca do que a negação de *B*.

Ao contrário, quando se tem, por exemplo, “Pedro é inteligente, mas estuda pouco”, a manutenção de *B* (Pedro é inteligente) é forte, enquanto a sua negação, realizada a partir da força argumentativa de *A* (estuda pouco), é fraca.

Sem negar que haja fortes relações de sentido entre *mas(SN)* e *mas(PA)*, o texto sugere, portanto, que ambos derivam historicamente de *magis* comparativo.

Neves (1984), valendo-se também da semântica argumentativa, analisa um *corpus* sincrônico do português escrito do século XX, com vistas a encontrar as variantes semânticas de *mas*. Embora esteja focada na variância de sentidos do item, a autora parte da idéia de que

a definição semântica básica de *mas* se refere à noção de desigualdade para os segmentos entre os quais esse elemento ocorre, definição que se relaciona com o próprio significado do étimo latino *magis*. [...] O emprego do *mas* entre [dois] segmentos representa a explicitação dessa desigualdade, indicando que o enunciador a reconhece e se utiliza dela na organização de seu enunciado, tanto na distribuição das unidades de informação como na estruturação da argumentação.” (Neves 1984: 21-22)

O trabalho de Neves, portanto, corrobora a proposta de Vogt e Ducrot de que a noção adversativa liga-se diretamente à comparativa, graças ao traço da desigualdade que ambas assinalam seja entre dois objetos – no caso da última –, seja entre dois segmentos – no caso da primeira.

1.2. O trabalho de Castilho (1997): a importância do sentido inclusivo de *magis*

Além do sentido de intensidade que *magis* apresentou e que *mais*, como advérbio, ainda apresenta em português, é possível identificar no advérbio o sentido ainda de inclusão, como salienta Castilho (1997), que o aponta como sendo uma das extremidades do *continuum* pelo qual o advérbio gramaticaliza-se em conjunção. Para ilustrar o sentido de inclusão, Castilho cita exemplos retirados de Marroquim (1945): “minha filha está pra casar *mais* o filho do Manuel cargueiro”, “e fosse bolir *mais* ele, fosse”.

Para Castilho, esse sentido inclusivo de *mais* teria propiciado o uso da conjunção *mas* em contextos nos quais ela “soma sintagmas nominais e sentenças, notando-se que o segundo termo não tem relação de contrajunção com o primeiro, tanto assim que não é parafraseável por uma concessiva” (Castilho *op. cit.*: 40). Um dos exemplos dados pelo autor para ilustrar a preservação do sentido original de *mas* é: “a gente vive de motorista o dia inteiro, *mas* o dia inteiro”.

Com relação ao uso de *mas* com sentido adversativo propriamente dito, o autor afirma que, “aparentemente, contextos de negação explícita dão início à recategorização do Adv.” e que, nesses casos, “por metonímia, *mas* incorpora o sentido de negação” (Castilho *op. cit.*: 41).

Sendo assim, *mas*, graças a seu sentido de inclusão, é usado com a função de acrescentar informações em sentenças afirmativas; posteriormente, passa a ser usado com a função de acrescentar informações através de sentenças negativas, nas quais o sentido contrajuntivo ainda se concentra na negação que pode vir expressa pelo advérbio *não*; o uso recorrente de *mas* nesse tipo de sentença permite-lhe incorporar o sentido negativo e recategorizar-se como conjunção, dispensando assim a presença de partículas negativas no contexto.

O exemplo citado pelo autor para ilustrar o uso da adversativa sem necessidade de negação contígua é: “as mais velhas estão entrando na adolescência mas são muito acomodadas”. Castilho afirma que, nesse caso, a conjunção altera as expectativas geradas nas sentença anterior.

1.3. O trabalho de Barreto (1999): a motivação metonímica da gramaticalização de *mas*

Barreto (1999) defende que a motivação metonímica foi fundamental na gramaticalização de *mas*. A autora afirma que *magis*, posteriormente a ter sido empregado, no latim clássico, na formação do grau comparativo, juntou-se a *sed*, para indicar uma ação que ocorrerá de preferência a uma outra. Assim, segundo Barreto, “o emprego contínuo do advérbio *magis* após a conjunção adversativa *sed* determinou que, por um processo metonímico, *magis* assumisse o valor semântico do *sed* e terminasse por eliminá-lo da frase” (Barreto *op. cit.*: 246).

Adiante, retomando os mesmos argumentos de Castilho (1997), citados acima, a autora volta a propor a motivação metonímica sobre a gramaticalização do item.

Há ainda dois pontos do trabalho de Barreto que merecem destaque. A autora afirma que “a conjunção *mas* é empregada, no português arcaico e também no contemporâneo, como um mero seqüenciador, mero encadeador da narrativa” (Barreto *op. cit.*: 248). Logo a seguir, à mesma página, a autora adverte que, “mesmo como encadeador, o *mas* imprime o sentido opositivo a algo expresso anteriormente”.

Parece, portanto, haver uma dúvida sobre o sentido de *mas* na fase medieval: ora se julga que o item poderia ser um mero encadeador, estando então esvaziado de sentido contrajuntivo, ora se julga que o item, mesmo como encadeador, imprime sentido opositivo a algo expresso anteriormente. O modelo de análise proposto por Sweetser para *but* poderá, como se verá, elucidar melhor os sentidos de *mas*.

Outro ponto que merece destaque, no trabalho de Barreto, é a escala proposta para a gramaticalização de *mas*: “no processo de gramaticalização da conjunção latina *magis*, precebe-se a trajetória: espaço > tempo > texto” (Barreto *op. cit.*: 247). A escala citada por Barreto pode ser encontrada em Heine *et alii* (1991), que, na verdade, ao proporem a escala “pessoa/corpo > objeto > processo > espaço > tempo > qualifidade”,

ampliam a escala citada por Barreto, que já havia sido anteriormente proposta por Traugott (1991).

Cada ponto das escalas é compreendido como uma categoria cognitiva. Para Heine *et alii*, tais categorias representam entidades prototípicas, sendo que cada uma pode ser vista como representando um domínio de conceptualização importante para estruturar a experiência. Na cadeia, a relação entre as diversas categorias – explicam os autores – é, por natureza, metafórica: cada categoria serve para conceptualizar outra que se lhe encontra à direita. Note-se, portanto, que as transferências metafóricas descritas e previstas nas escalas são lineares e seguem uma abstratização crescente. Quanto mais à direita se encontra um item, mais abstrato será seu sentido.

Barreto, ao afirmar que, na passagem *magis* > *mas*, o item assume um sentido relacionado à categoria espaço, o faz certamente devido ao fato de *magis* ter funcionado em sua trajetória inicial como advérbio de intensidade: “o advérbio significando ‘tanto mais’ e, expressando, de certo modo, uma noção de espaço, passou a ser usado como reforço adverbial ao lado da conjunção adversativa *sed* [...]” (Barreto *op. cit.*: 248). Trata-se, porém, de uma relação indireta.

Os usos de *mais* a que Castilho se refere como sendo advérbios de inclusão e a que outros poderiam se referir como sendo preposições indicam soma, inclusão de dois ou mais elementos em um mesmo conjunto. Sendo assim, percebe-se a presença da categoria espaço de forma direta. Em “minha filha está pra casar mais o filho do Manuel...”, incluem-se, somam-se, em um espaço epistêmico, vários elementos. “Minha filha” e “o filho do Manuel” são unidades incluídas em um mesmo conjunto, que epistemicamente se relaciona com a categoria espaço. A relação ficaria mais evidente em um frase hipotética como: “pra fazer um bolo, a gente precisa de mais ovos”.

Da mesma forma que Castilho defende que o sentido inclusivo está na ponta do *continuum* de mudanças semânticas que levaram à formação da conjunção *mas*, pode-se afirmar, por hipótese, que o sentido inclusivo seria anterior mesmo ao de intensidade. Em “ter mais força”, *mais* acompanha um substantivo e, portanto, um elemento mais “contábil” do que *forte* em “é preciso ser mais forte”, em que *mais* assume sentido de intensidade.

De qualquer forma, independentemente de o sentido inclusivo ser anterior ao de intensidade – idéia que carece de mais evidências –, concorda-se com Castilho quanto à

idéia de que o sentido de inclusão seja fundamental para os demais sentidos que vieram a ser apresentados por *mas*, inclusive e principalmente como marcador conversacional.

Pode-se concluir, então, que *mas* passou, em sua trajetória de mudança semântica, pela categoria espaço e que isso se deve fundamentalmente ao sentido inclusivo de *magis*.

Observar a relação que *mas* guarda com a categoria espaço será importante para entender de que maneira o modelo de Sweetser pode ser elucidativo sobre as mudanças semânticas sofridas pelo item durante seu processo de gramaticalização.

2. O modelo de Sweetser (2001)

Em 1.2, viu-se que Castilho (1997) destaca o fato de a conjunção *mas* poder alterar expectativas geradas na sentença anterior. Quando se fala em “expectativas geradas”, fica claro que a oposição assinalada por *mas* não se dá, na verdade, entre os dois segmentos interligados, e sim entre algum tipo de expectativa que um deles ou ambos criam e a declaração que se desprende de um deles. Certamente isso explica por que, como o demonstram os já citados trabalhos de Vogt & Ducrot e Neves, termos adversativos e concessivos sejam tão caros à Semântica Argumentativa, para a qual os “não-ditos” têm importância fundamental

Sweetser (1991) propõe um modelo de análise de conjunções segundo o qual as conjunções são elementos que podem atuar em três domínios: o do conteúdo, o epistêmico e o conversacional. A respeito de *but*, a autora entende que o elemento possa ocorrer somente nos dois últimos domínios, o que se explicará adiante.

Cabe esclarecer os pontos que sustentam o ponto de vista da autora. Sweetser defende que uma forma lingüística assume novos significados graças a uma projeção corriqueira existente entre os três domínios da linguagem referidos, sendo que o do conteúdo refere-se ao mundo físico; o epistêmico ao mundo mental; o conversacional aos atos de fala.

As mudanças ocorridas com verbos perceptivos do inglês descritas pela autora são bastante ilustrativas do que ela chama de projeção entre domínios na constituição de novos significados lingüísticos. O verbo *hear* (ouvir, escutar), por exemplo, pode ser

usado tanto no domínio do conteúdo (“não escutei a campanha”) quanto no domínio epistêmico (“não escutei minha mãe e me arrependo”), em que assume metaforicamente o sentido de *obedecer*. Aqui se teria uma metáfora de percepção operada no domínio mental. A manipulação física de um som que é retido oferece motivação semântica para que o verbo seja usado no sentido em que o que é retido são dados. O sentido básico de “retenção de estímulos exteriores” mantém-se, todavia.

Analisando questões referentes a conjunções, coordenação e subordinação, Sweetser discute, entre outros tópicos, os itens *and*, *or* e *but*, os mesmos que já haviam sido tratados por Lakoff (1971). Também para as conjunções, a autora propõe a existência de três domínios, entre os quais se manifesta uma projeção em sentido unidirecional, via operações metafóricas, o que permite a (re)elaboração constante de significados. É importante observar que o domínio do conteúdo remete ao mundo real não em um sentido representacionista, segundo o qual o mundo real se espelharia nas expressões linguísticas. O domínio do conteúdo é aquele a partir do qual, em função de suas experiências físicas, como as sensório-motoras, o falante elabora novos significados, graças à capacidade imaginativa de sua mente.

No caso de *and*, Sweetser sugere que há, entre os três domínios citados, a manifestação de um sentido básico, que a partir de um domínio fonte se projeta aos demais: o de se colocar coisas lado-a-lado em um processo de adição. Veja-se:

(1) *John eats apples and pears. (John come maçãs e pêras.)*

Nesse caso, a adição de coisas é simples e não obedece a nenhuma ordem nem de temporalidade nem de causalidade, tanto que os elementos “somados” poderiam ter a ordem invertida sem danos para a sentença como um todo. A esse tipo de caso em que se pode inverter a ordem dos elementos ou cláusulas, Sweetser chama simétrico, terminologia adotada em outros trabalhos, como no de Lakoff (1971).

Já no exemplo seguinte, a inversão não seria cabível sob pena de comprometer a própria gramaticalidade da sentença. A esse tipo de caso se chama assimétrico:

(2) *John took off shoes and jumped in the pool. (John tirou os sapatos e pulou na piscina.)*

Sweetser entende que a assimetria vista acima deve-se à iconicidade da linguagem, que faz com que a ordem temporal de sucessão que os eventos relatados seguem no mundo real se reproduza lingüisticamente. O uso narrativo de *and* comprova a interação existente entre a linearidade inerente ao uso lingüístico e o conceito geral de “pôr as coisas lado-a-lado”.

O exemplo seguinte ilustraria, por sua vez, uma linearidade decorrente não do mundo real, mas sim de um processo lógico, sendo, portanto, um exemplo de *and* no domínio epistêmico:

(3) *Why don't you want me to take basketweaving again this quarter?*

Answer: Well, Mary got an MA in basketweaving, and she joined a religious cult. (...so you might go the same way if you take basketweaving). (Por que você não quer que eu pegue basketweaving de novo esse bimestre? Resposta: Bem, Mary tem um MA em basketweaving e ela se juntou a um culto religioso. (... assim você pode ir para o mesmo caminho se você pegar basketweaving.))

Em (3), a ordem das cláusulas não reproduz iconicamente uma ordem de eventos sucedidos no mundo real, e sim uma ordem de premissas que levam a uma conclusão.

Já o seguinte exemplo mostra *and* empregado no domínio conversacional:

(4) *The Vietnam War was morally wrong, and I'll gladly discuss the reasons why I think so. (A Guerra do Vietnã foi moralmente errada e eu terei prazer em explicar as razões pelas quais penso isso.)*

Também para *or* Sweetser encontra ocorrências nos três domínios citados. Já para *but* a autora tece a seguinte objeção: *but* conecta segmentos que contrastam entre si ou mesmo “colidem” (*clash* é o termo usado), mas esse contraste e essa colisão só são perceptíveis nos níveis epistêmico e conversacional. Um exemplo dado pela autora para corroborar sua proposta é:

(5) *John keeps six boxes of pancake mix on hand, but he never eats pancakes.*
(*John mantém seis caixas de mistura para panquecas estocadas, mas nunca come panquecas*)

O choque pode dar-se também entre duas conclusões implícitas, suscitadas por duas premissas conectadas por *but*, como em:

(6) “*Do you know if Mary will be in by nine this evening?*
Answer: Well, she`s nearly always in by then, but (I know) she has a lot of work to do at the library, so I`m not sure.”
(*Você sabe se Mary vai estar em casa às nove esta noite? Resposta: Bem, ela sempre chega por volta das nove, mas (eu sei) ela tem um monte de trabalho a fazer na biblioteca, então não tenho certeza.*)

O argumento de Sweetser é que as relações de sentido sinalizadas por *but* nos dois últimos exemplos não se processam no domínio do conteúdo porque não há nada no mundo real que impeça a concomitância do fato de John estocar panquecas e o fato de ele nunca comê-las. Da mesma forma, no mundo real, é possível que Mary sempre chegue a casa por volta das nove e que em um dia determinado tenha muito trabalho a fazer na biblioteca. A colisão se dá entre conclusões processadas no nível epistêmico: se Mary chega a casa sempre até às nove, é possível que chegue hoje também; se Mary tem muito trabalho a fazer, é possível que não chegue a casa no horário de sempre.

Para Sweetser, mesmo que se argumente ser possível depreender as relações acima no domínio do conteúdo, é impossível negar seu processamento no domínio epistêmico. Tipicamente, no entanto, relações que ocorrem no domínio do conteúdo não ocorrem ao mesmo tempo no domínio epistêmico.

Assim, dois exemplos citados por Vogt e Ducrot (“ele não é inteligente, mas esperto” e “ele é inteligente, mas estuda pouco”) podem ser entendidos a partir de expectativas que se processam no domínio epistêmico: no mundo real, nada impede que alguém não seja inteligente e seja esperto nem que alguém seja inteligente e estude pouco; no mundo epistêmico, porém, esses choques podem ocorrer segundo diferentes expectativas suscitadas por diferentes contextos.

Na verdade, a estrutura adversativa é tipicamente marcada por aquilo que a Semântica Argumetnativa chama de “não-dito”. Lakoff (1971) afirma que a gramaticalidade de períodos em que duas sentenças estejam ligadas por *but*, se não se construir superficialmente, dependerá, então, de uma combinação de pressuposições e deduções que uma delas ou ambas desencadeiam.

Além disso, Lakoff descreve uma “hierarquia de naturalidade” de pressuposições e deduções: algumas mais universais (como se vê em “John é alto, mas não é bom no basquete”); outras menos (como em “John é Republicano, mas você pode confiar em Bill”); outras idiossincráticas (como em “John detesta sorvete, mas eu também”). O destaque que Lakoff dá às informações implícitas talvez seja a maior contribuição de seu trabalho. Um dos exemplos que analisa é:

(7) “*John is rich but dumb*” (*John é rico mas estúpido*)

O exemplo só pode ser avaliado, segundo a autora, dentro de algum contexto. Por exemplo, uma mãe que queira dissuadir a filha de casar-se com João poderia dizer que ele é rico (uma boa qualidade), mas estúpido (um defeito), não sendo, portanto, um bom partido. Aqui se teria um caso de oposição semântica.

Por outro lado, alguém que julgue que pessoas ricas não são estúpidas poderia ter empregado *but* justamente por haver aí, então, uma quebra de expectativa.

Já Sweetser, embora também reivindique um papel crucial às informações e conclusões pressupostas e implícitas na análise da gramaticalidade de sentenças com *but*, diverge de Lakoff com relação à existência de oposição semântica propriamente dita nessas estruturas. A ocorrência vista em (7), por exemplo, Sweetser entende como sendo possível somente no domínio epistêmico ou no conversacional. Enquanto Lakoff atribui à frase uma quebra de expectativa, Sweetser lhe atribui uma quebra de expectativa no nível epistêmico. Já a leitura que Lakoff atribui a uma oposição semântica, Sweetser entende como se processando no domínio conversacional, porque a mãe hipotética poderia estar, em um ato de fala, dizendo à filha: “eu sugiro que você não se case com John”, o que anularia a possibilidade de uma leitura desse exemplo no domínio do conteúdo, até porque, para Sweetser, no mundo real, riqueza e estupidez não necessariamente se opõem.

O modelo proposto por Sweetser mostra-se bastante eficaz na leitura de textos medievais, nos quais o uso de *mas* pode parecer excessivo aos olhos do leitor de hoje.

3. Leitura de ocorrências medievais segundo o modelo de Sweetser (1991)

Abaixo serão analisados alguns exemplos de *mas*, retirados aleatoriamente de mostras do português medieval, para que se observe a aplicabilidade da análise proposta por Sweetser para *but*.

(8) - *E, por todas estas nobrezas que ditas avemos da Espanha, muyto a preçaron aquelles que a primeiramente pobrarom. Ca aquellas cõpanhas de Cubal, de que vos ja avemos contado, que andaron buscando todallas partes de Europa e provando as terras que eram boas e sããs e proveytosas pera pobrar, nuca acharon terra nẽ logar que os contentasse se nõ Espanha ca, depois que a elles ouverõ buscada e vyron o assituamẽto das terras e a bondade dos aares e a multidõ das muytas auguas, logo começaram de fazer em ella sua poblaçon e nõ curarõ de mais andar buscando outras partidas.*

Mas, depois que Espanha por longo tẽpo foy comprida de poblaçon e a fama da sua nobreza e do seu avondamento sayu pellas outras terras, muytos ouverom della grande cobiũa e por esto se moverom com sobervhosa ãveja por a tomar aos seus moradores. (Crônica Geral de Espanha, cap. XIII, fõlio 11b, séc. XIV)

O item *mas*, no exemplo (8), em uma primeira observação, poderia ser considerado aquilo que Barreto (*op. cit.*: 248) designa como “encadeador da narrativa”. No entanto, mesmo nesses casos, como a própria autora adverte, *mas* “imprime o sentido opositivo a algo expresso anteriormente”. Em (8), levando em consideração o sentido global que se depreende do trecho destacado, vê-se que, nos blocos de idéias, relacionam-se momentos que não apenas se sucedem, mas se diferenciam substancialmente: um em que Espanha estava sendo habitada, outro em que estava sendo alvo da cobiça de outros povos que não só seus primeiros habitantes. O trecho “depois que Espanha por longo tẽpo foy comprida de poblaçon e a fama da sua

nobreza e do seu avondamento sayu pellas outras terras” funciona como causa ou explicação para o fato narrado a seguir, o de que muitos começaram a cobiçar Espanha. Sendo assim, *mas* não parece um simples encadeador nem mostra semanticamente valor inclusivo.

Mas, acima, relaciona momentos díspares na história de Espanha, marcando portanto a diferença, que, como Neves (1984), citada anteriormente, já havia destacado, é o traço semântico básico da estrutura adversativa, tanto quanto da comparativa. Levando em conta a possibilidade de *mas* ocorrer em um domínio epistêmico, conforme proposto por Sweetser, e levando em conta que há expectativas estritamente localizadas, conforme propõe Lakoff, pode-se dizer que o bloco de idéias anterior a *mas* gera a expectativa de que o momento de bonança encontrada nas terras de Espanha pelos primeiros habitantes não se interromperia, expectativa quebrada pelo bloco introduzido por *mas*, que não liga dois segmentos opostos, e sim dois segmentos ou blocos de idéias entre os quais um se opõe a uma idéia implícita gerada por outro.

Já em (9), o sentido geral do trecho é: seu filho mais velho era ainda muito novo e Almycar, tamanho era seu ódio aos romanos, o fez jurar nunca ter paz com eles. A diferença opositiva expressa por *mas* estabelece-se a partir de um conhecimento de mundo, senão universal, pelo menos cultural, segundo o qual crianças devam ser poupadas de responsabilidades típicas de adultos. A contrajunção, portanto, realiza-se devido à quebra de uma expectativa, percebida no nível epistêmico. Sem a percepção dessa expectativa, não é possível entender a força argumentativa conferida ao fato de ainda ser pequena a criança obrigada a jurar ódio aos romanos. Veja-se:

(9) - *Este Almycar ouve quatro filhos: o pymeiro ouve nome Anybal e o segundo, Asdrubal e o terceiro, Magom e o quarto, Anõ e hua filha que foy casada com huu homem grande do seu lynhagen que avya nome Esdrubal. E, quando este Almycar tornou de Pulha a terra de Africa, assi como ja ouvistes, estes seus filhos eram pequenos, ca o mayor delles era Anibal e nõ avya mais de nove ãnos. Mas tamanho era o desamor que este Almycar avya cõos Romããos, pollo mal grande que delles recebera per vezes, que fez jurar sobre seus albertis/sic/ aaquelle seu filho Anibal, que era o mayor, como quer que era*

ainda pequeno, que nunca ouvesse paz com elles. (Crônica Geral de Espanha, cap. 52, fôlio 20a, séc. XIV)

Passe-se agora ao exemplo (10):

(10) - *E ella estando em tam gram coyta vyo viir huu angeo luzente como estrella e salvou-a e começou de a cõfortar. E ella entom cõ prazer começou de chorar e dizer. Ay senhor meu e meu padre doores grãdes do Inferno que me ap(er)tam e me cercam e me tẽ em grã pesar e em gram temor. E entom lhe disse o Angeo. Agora me chamas senhor e padre quãdo te vees ã coyta **mas** nõ q(ua)ndo eras ã teu poder. E d'iz a alma. Ay senhor nunca te vy senõ agora q(ua)ndo ouvy tua voz muy saborosa. E o angeo disse. sempre des que tu naceste eu foy cõtigo p(e)ra hu q(ue)r que tu ias, **mas** tu nõ q(ui)seste creer os meus cõselhos nẽ fazer minha võtade . E tendeo entõ o angeo a mãao e p(re)ndeo huu daquelles dyaboos que delfazia mais escarnho e disse-lhe. Vees, este he o que tuc(ri)aaas e cuja voõtade faziasa, e desp(re)ça/ [va]/s a mÿ. (Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense, fôlio 125r, séc. XIII-XIV)*

Em (10), pode-se dizer que o primeiro *mas* sinaliza uma quebra de expectativa contextualmente localizada: o anjo demonstra que o fato de ser chamado pela alma quebra sua expectativa de que ela nunca o chamaria, já que nunca o fizera antes. Da mesma forma, na segunda ocorrência, o anjo afirma que o fato de ter sempre acompanhado aquela alma enquanto ela vivia fazia-o esperar que ela o ouvisse, o que não acontecia.

Já abaixo se vê um uso de *mas* no domínio conversacional:

(11) - *Senhor, disse Queia, já tempo é de comer, ca já é preto de meo dia; **mais**, se vosso custume que mantevestes ataa aqui em todalas grandes festas queredes manter, nom me semelha que comer possades, ca a tam gram festa como esta nom veeo aventura nhua; que tanto que aventura vos veesse, nom soíades vós a comer em nhua gram festa. (Demanda do Santo Graal, título 8, fôlio 3a, séc. XV)*

Em (11), *mais* (uma das variantes gráficas da conjunção *mas* à época), pode-se observar que a conjunção realiza-se no domínio conversacional: o segmento anterior cria a expectativa de que se deva comer àquela hora e o segmento introduzido por *mais* funciona como um ato de fala pelo qual o locutor tenta induzir o interlocutor a não comer naquele momento.

4. Considerações finais

Como se viu, o modelo de análise de *but* proposto por Sweetser (1991) mostrou-se eficiente na análise de ocorrências medievais da conjunção *mas*. Entender que tais ocorrências constituem-se ou no domínio epistêmico ou no conversacional demonstra que *mas*, mesmo quando aparentemente se mostra como mero encadeador da narrativa, pode, na verdade, ter sentido adversativo.

Se as ocorrências da conjunção *mas* se dão exclusivamente nos domínios epistêmico e conversacional, as ocorrências de *magis* dão-se no domínio do conteúdo. Tanto o sentido inclusivo quanto o sentido intensificador relacionam-se com a categoria espaço, como se viu em 1.3, sendo que, quando se trata do primeiro sentido, a relação mostra-se mais nítida ainda.

A categoria espaço, nesse caso, ganha uma acepção bastante concreta e bastante ligada ao domínio do conteúdo. Quando *magis* intensifica o sentido de um determinado termo ou quando inclui vários elementos em um mesmo conjunto, contribui para a construção de sentidos relacionados ao mundo real: no mundo real, é possível que as pessoas infelizes sejam mais devotas do que as felizes (cf. 1.1) e é possível também que minha filha esteja para se casar mais o filho do Manuel (cf. 1.2).

Assim, não se nega a análise de base argumentativa proposta por Vogt & Ducrot (1980), mas se mostra que a relação do advérbio *magis* pode ser percebida não com alguns tipos específicos de estruturas adversativas, e sim com a vasta gama polissêmica de *mas*. Se vários usos de *mas*, aparentemente tão díspares, como os vistos na seção 3, podem ser entendidos nos mesmos domínios da linguagem, se diversos usos de *magis* podem ser compreendidos no domínio do conteúdo e se há uma projeção metafórica

entre ambos os domínios, a relação entre *magis* e diversos usos de *mas* mostra-se mais evidente ainda do que já apontara o trabalho de Vogt & Ducrot.

A referida projeção metafórica sugere também que, anteriormente a possíveis influências metonímicas que tenham ocorrido sobre a gramaticalização de *mas*, pode ser vista uma motivação metafórica atuando no processo.

5. Referências bibliográficas

- BARRETO, T. M. M. *Gramaticalização das conjunções na história do português*. Tese de doutorado, UFBA, Salvador (Bahia), 1999.
- CASTILHO, A. T de. “A gramaticalização”. In: *Estudos Lingüísticos e Literários*, n. 19, Salvador, Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística, UFBA, 1997, p. 25-63.
- ERNOUT, A. & MEILLET, A. *Dictionnaire etymologique de la langue latine*. 3. ed. Paris: Klincksieck, 1951.
- LAKOFF R. If’s, And’s and But’s about conjunction. In: FILLMORE, C. LANGENDOEN, D. (eds.). *Studies in linguistic semantics*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1971.
- NEVES, M. H. de M. O coordenador interfrasal *mas* – invariância e variantes. In: *Revista ALFA* 28. São Paulo, 1984, p. 21-42.
- SWEETSER, E. *From etymology to pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- VOGT, C. & DUCROT, O. De *magis* a *mas*: uma hipótese semântica. In: VOGT, C. *Linguagem, Pragmática e Ideologia*. 2. ed. aum. São Paulo: Hucitec, 1989.

Domínios de Lingu@gem